

## **Reflexões iniciais sobre impactos e desafios do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco (Brasil)**

(Avance de investigación en curso)

GT 08 - Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social

Géssika Cecília Carvalho  
Universidade Federal da Paraíba

### **Resumo:**

Este trabalho apresenta reflexões iniciais sobre os impactos e os desafios do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco, que tem como objetivo alterar a inter-relação presente nos processos de desenvolvimento local e as questões de gênero, atendendo mulheres pobres que queiram criar ou desenvolver negócios já existentes e mulheres extremamente pobres, participantes ou não dos programas de inclusão social. Tal política pública apresenta oportunidades de alternativas de geração de renda, de inserção no mercado, e de organização em Associações e Cooperativas. Os resultados preliminares revelam aumento da auto-estima das beneficiárias; a possibilidade de empreender para ampliar sua autonomia; aumento da renda das que já empreendiam e estímulo para o início das que não possuíam um empreendimento.

**Palavras-chave:** Política pública. Empreendedorismo. Mulheres.

### **Reflexões iniciais sobre impactos e desafios do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco (Brasil)**

O mercado de trabalho brasileiro vem passando por transformações significativas nas últimas décadas, inclusive com a entrada das mulheres no mundo do trabalho e com a necessidade de busca de estratégias de sobrevivência em face à situação de precarização do trabalho.

Um dos grandes desafios impostos pela modernidade é a superação das contradições existentes nas questões de gênero, que envolvem elementos como desigualdade, estratificação, diferença, opressão e exclusão, denotando entraves à participação das mulheres em diversos setores da sociedade, como maior acesso ao mercado de trabalho, entre outros.

Assim, este trabalho apresenta o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em Pernambuco, que tem como objetivo alterar de modo significativo a inter-relação presente nos processos de desenvolvimento local e as questões de gênero, atendendo mulheres pobres que queiram criar ou desenvolver negócios já existentes e mulheres extremamente pobres, participantes ou não dos programas de inclusão social.

O PTEM apresenta oportunidades de alternativas de geração de renda, de inserção no mercado, e de organização das mulheres em Associações e Cooperativas. Estas encontram no Programa possibilidades que perpassam o âmbito econômico e tocam os aspectos sociais, culturais e psicológicos; no que se refere ao meio de emancipação, na tentativa de romper com a ideologia de dominância masculina, e de ruptura das situações de discriminação, desigualdade e estratificação.

### **Gênero, Políticas públicas e Empreendedorismo**

As questões de gênero são um meio de estratificação social, sendo um fator crucial na estruturação dos tipos de oportunidades e de chances de vida enfrentadas pelos indivíduos e por grupos, influenciando fortemente os papéis que eles desempenham. Um dos ambientes imprescindíveis para se compreender como se dão as relações de gênero, a “disputa” camuflada pelo poder e a busca de autonomia/ conquista de espaço por parte das mulheres é o trabalho.

Contudo, a sociedade pós-moderna tem passado por várias mudanças estruturais, de natureza econômica e social, que refletem nitidamente as relações capitalistas de trabalho. Nessa conjuntura, aumentou vertiginosamente o número de indivíduos desempregados, em trabalhos informais ou precarizados, e em sua grande maioria as mulheres são as mais atingidas. Como consequência e numa tentativa de enfrentamento a este cenário, várias medidas têm sido elaboradas e praticadas, sendo as políticas públicas expressões de ações concretas que o Estado adota para realizar o direito de todas as pessoas a uma vida digna. Segundo Alves (2008: 17),

Por políticas públicas compreendemos as respostas do Estado frente às demandas da sociedade que, de forma propositiva ou não, expõe suas necessidades e expressa seu poder de pressão no sentido de publicizar tais necessidades.

As políticas públicas estão relacionadas à totalidade de decisões e ações do Estado; “são decisões governamentais que geram impacto tangível e mensurável ou substantivo, alterando as condições de vida de um grupo ou população ou produzindo mudanças em atitudes, comportamentos e opiniões” (SILVA E SILVA, 2001, p. 47). Constituem um processo decisório em fluxo, contínuo, de alteração permanente; que tem como aspectos essenciais as pressões e barganhas. Por esse viés, “... toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Trata-se de um processo que articula diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversas” (SILVA E SILVA, 2008, p. 90). Estas ações do Estado - que são na maioria das vezes resultantes de pressões sociais - representam jogos de interesses relacionados aos aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais, sendo, portanto uma forma de mudança social e de redistribuição de renda.

A formulação (e efetivação) de uma política pública passa por alguns estágios fundamentais: a existência de uma demanda social ou problema; a vontade política de solucionar ou reverter tal problema; a definição da própria política pública ou programa social; a implementação de fato da política; os resultados alcançados; e avaliação durante todas as etapas do processo.

Assim, uma política pública surge de um problema, que toma visibilidade a partir da pressão popular, transformando-se em questão social e recebendo espaço na agenda pública. Dessa forma, segundo Silva e Silva (2008), podem-se identificar algumas fases no processo de constituição do problema e da agenda pública: o momento da pré-decisão (formulação de alternativas de política); a escolha ou adoção da política; e a execução ou implementação.

Rua (1997) apud Silva e Bassi (2012) tratam de algumas condições fundamentais para que a implementação de políticas públicas seja efetiva: “a) o programa deve dispor de tempo e recursos suficientes (...) em todas as etapas do processo; b) (...) deve ser baseada em uma teoria adequada sobre a relação direta entre causa (problema) e efeito (solução); c) deve haver apenas uma agência implementadora (...); d) deve haver completa compreensão e consenso durante todo o processo em relação aos objetivos a serem alcançados; e) as tarefas de cada participante devem estar claras e compreendidas; f) é necessário haver uma comunicação perfeita entre os vários atores do programa, com obediência à hierarquia estabelecida.” (SILVA E BASSI, 2012, p. 30)

No que se refere ao empreendedorismo, relaciona-se à capacidade de tomar iniciativas com vistas a buscar soluções inovadoras para problemas econômicos ou sociais através de empreendimentos. Nesta perspectiva, para Jeffrey Timmons (apud Dornelas, 1990: 19), “o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX”.

Segundo dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM)<sup>1</sup>, a taxa de atividade empreendedora (TEA) do povo brasileiro no ano de 2012 ficou em torno de 30,2%, o que significa que praticamente 30 em cada 100 brasileiros adultos estão envolvidos em atividades empreendedoras.

O nível de empreendedorismo feminino também é expressivo, em 2010 as mulheres brasileiras constituíam 49,3% dos empreendedores no país, o que se apresenta como uma conquista

<sup>1</sup> Criado em 1999, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) é o maior estudo independente do mundo sobre a atividade empreendedora.

se comparado com dados de 2001, em que os homens respondiam por 71% destes contra 29% das mulheres.

### **Políticas públicas: o caso do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher**

No Brasil, as mudanças que se processaram referentes às políticas públicas para mulheres e ações institucionais foram mais visíveis a partir da década de 70, principalmente no âmbito da legislação brasileira, como por exemplo, a conquista da licença maternidade de 120 dias, o estabelecimento de quotas nos partidos políticos para a participação das mulheres nos processos eleitorais, a Lei Maria da Penha no enfrentamento à violência contra as mulheres, e a criação de organismos para cuidar das questões específicas relacionadas à desigualdade entre mulheres e homens, como é o caso da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Na perspectiva das políticas públicas para mulheres, se insere o Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PNTEM), que busca, em linhas gerais, fomentar o empreendedorismo e potencializar as oportunidades de emprego, trabalho e ocupação para as mulheres. Tal iniciativa teve origem no Projeto Mulher Empreendedora de Saquarema, iniciado em 2005, no Rio de Janeiro.

Sendo assim, o PNTEM partiu da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, em 2007 (ganhando definição de Programa Nacional em 2008), sendo o Rio de Janeiro o primeiro Estado contemplado com as atividades do Programa, através do desenvolvimento de ações capazes de mobilizar, sensibilizar, capacitar e apoiar processos de inserção econômica e social das mulheres no Estado. Considerando o bom andamento da experiência vivenciada no Rio de Janeiro, expandiu-se para as outras regiões do país, nos estados de Santa Catarina, Distrito Federal, Pernambuco e Pará.

Está baseado na Política Nacional para as Mulheres, que tem entre seus pressupostos e princípios a Equidade de Gênero, a Autonomia das Mulheres e a Universalidade das Políticas. Fundamenta-se ainda no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, no seu primeiro capítulo “Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho com Inclusão Social”, que trata da ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho e promoção da autonomia econômica e financeira por meio de apoio ao empreendedorismo, associativismo, acesso ao crédito e ao microcrédito, distribuição e comercialização.

Este Programa tem como objetivo “alterar de modo significativo a inter-relação presente nos processos de desenvolvimento local e as questões de gênero, identificando os fatores de vulnerabilidade que incidem sobre a vida das mulheres em geral, em particular das mulheres pobres e extremamente pobres, no que diz respeito à ambiência produtiva, à autonomia econômica e financeira das mulheres e às posições ocupadas por elas em atividades empreendedoras e no mercado de trabalho”.

Como público prioritário, atende mulheres pobres que queiram criar ou desenvolver negócios já existentes; e mulheres extremamente pobres, participantes ou não dos programas de inclusão social. Além disso, na tentativa de integrar esses dois públicos ao processo, o PNTEM contempla também gestoras e gestores públicos estaduais e municipais, que darão o suporte aos procedimentos adotados, através da possibilidade da transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres.

As possíveis beneficiárias do Programa devem atender a alguns requisitos - ter algum negócio que queiram desenvolver, legalizar ou aperfeiçoar; desenvolver alguma atividade produtiva e ter potencial para o empreendedorismo; ter mais de 16 anos; residir nos municípios ou regiões abrangidas pelo programa; serem indicadas por programas sociais da área de assistência social.

O PNTEM é executado pelo IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), pelas instituições parceiras: SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e BPW (Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais), e conta ainda com o apoio dos governos estaduais e das prefeituras.

Está pautado em dois eixos que estruturam suas ações:

- Fomento ao Empreendedorismo: atuação do SEBRAE direcionada no sentido de proporcionar às mulheres instrumentos para criarem e gerirem de modo adequado seus próprios negócios e oferecer um ambiente favorável aos empreendimentos de iniciativa de mulheres;
- e Trabalho e Ocupação: atuação da BPW junto às mulheres em vulnerabilidade de risco social por renda visando à transmissão de conhecimentos sobre direitos para a efetiva conquista da cidadania e ingresso ao mundo do trabalho.

No período em que o Programa é ofertado em cada Estado - geralmente de dois anos - são executadas as seguintes atividades nas áreas geográficas definidas antecipadamente (que podem ser municípios, pólos ou regiões):

- Reuniões de sensibilização para gestores públicos e representantes de entidades que trabalham com a temática gênero;
- Seminários sobre Trabalho e Empreendedorismo para os dois públicos prioritários mencionados anteriormente;
- Cursos oferecidos pelo SEBRAE: Mulher Empreendedora; Juntas somos fortes; Determinação Empreendedora; Aprender a Empreender;
- Cursos oferecidos pela BPW: Políticas Públicas e Empreendedorismo da Mulher; Educação Financeira; Alfabetização Digital;
- Oficinas de Direcionamento Estratégico;
- Oficinas sobre Microcrédito Produtivo;
- Oficinas sobre Economia Local e Gênero;
- Fóruns e Oficinas de Trabalho para Gestores Públicos.

De forma geral, o processo de implementação dessa política pública se inicia com a realização de reuniões entre os governos federal e estaduais, com a participação do IBAM e das organizações executoras, para daí delimitar os territórios a serem atendidos e seus indicadores, os papéis e responsabilidades que cabem a cada um dos parceiros, as metas, os recursos e as formas de gestão.

As atividades propriamente ditas começam com uma reunião de sensibilização e esclarecimentos sobre o Programa, para gestoras(es), técnicas(os) públicos, representantes de organizações integrantes da rede de atendimento na área de assistência social e trabalho das regiões e municípios selecionados. A discussão nesse momento refere-se à implementação do PNTEM naquela localidade, considerando os aspectos políticos, administrativos e sociais. Também são feitos acordos referentes ao apoio das organizações na mobilização de mulheres e do poder público, em especial no deslocamento das mulheres de suas residências até o local dos cursos e oficinas que serão oferecidos no âmbito do Programa.

Passados quinze ou vinte dias da reunião de sensibilização, acontece o Seminário sobre Trabalho e Empreendedorismo com as mulheres indicadas pelas organizações de desenvolvimento local. Neste momento são apresentados os objetivos, as atividades oferecidas e os critérios de acesso ao Programa para as mulheres. Ainda ocorre uma palestra dialogada sobre a Mulher no Século XXI, que tem o objetivo de mobilização das mesmas para participação no PNTEM.

É importante ressaltar que neste Seminário as mulheres que foram mobilizadas pelas Secretarias e organizações preenchem uma ficha cadastral, em que a partir do perfil informado serão selecionadas para participação nos cursos oferecidos pelo SEBRAE e pela BPW.

Decorridos vinte dias do seminário iniciam-se os cursos de fomento ao empreendedorismo para as mulheres. Este processo leva cerca de dois meses e dele podem sair novos negócios ou até mesmo planos de melhoria na gestão de negócios existentes. Os órgãos responsáveis pela execução dos cursos e oficinas com as mulheres são o SEBRAE e a BPW. Concomitantemente aos cursos, são realizadas atividades de formação sobre políticas públicas e temas concernentes a gênero, raça e direitos humanos com as gestoras estaduais e municipais ou regionais.

Sendo assim, após o encerramento de tais atividades espera-se que os governos municipais, estaduais e distrital possam incorporar a perspectiva de gênero nas suas políticas, através da criação

de programas específicos, quando necessário, que contribuam para o aumento da autonomia econômica das mulheres.

Um dos principais desafios enfrentados durante a execução do Programa é a falta de garantia de continuidade do mesmo. Para isso, faz-se necessário o fortalecimento das redes de desenvolvimento local e dos setores públicos visando garantir a sustentabilidade das ações implementadas pelo PNTEM. Sendo assim, neste processo é de extrema importância o contínuo comprometimento e envolvimento por parte das Secretarias de Assistência Social e demais Secretarias relacionadas aos objetivos do Programa, bem como dos organismos de políticas para as mulheres. Além disso, apresentar nas cinco regiões um Programa no mesmo formato - sem adequá-lo às especificidades e particularidades de cada local - é bastante problemático.

## **O Programa em Pernambuco**

No Estado de Pernambuco o Programa foi executado entre maio de 2010 e abril de 2012, atuando na Região Metropolitana do Recife, espaço que apresenta a maior taxa de urbanização do Estado e altos índices de violência urbana e de violência doméstica contra as mulheres, demandando do Governo Estadual investimentos numa política de enfrentamento social da violência, incluindo ações das diversas áreas sociais do Estado.

O Programa trabalhou considerando seis pólos: Recife; Jaboatão dos Guararapes/Moreno; Paulista/Olinda; Cabo de Santo Agostinho/Ipojuca; Camaragibe/São Lourenço da Mata; Igarassu/Abreu e Lima/Itamaracá/Itapissuma/Araçoiaba. Conta com a parceria nesse estado da Secretaria Especial da Mulher.

No entanto, não atingiu todos os municípios propostos, realizando atividades em 12 dos 14 estipulados como meta. No que concerne à quantidade de beneficiárias, o Programa também não alcançou as metas esperadas; 692 mobilizadas em seminários (em que a meta era de 960), e 314 participaram dos cursos ofertados (a meta era de 360).

O perfil das atendidas revela 50% com idade entre 31 a 50 anos; 35% com ensino médio completo; 52% pardas, e 31% que não tinham remuneração antes de participar das atividades do Programa.

Para fins deste trabalho, num primeiro momento recorreu-se aos dados da avaliação de impacto realizada pelos gestores do Programa ao término das atividades, através de grupos focais realizados com 89 mulheres (pouco mais de 25% das participantes de cursos). Segundo estes dados, foram apontados quatro critérios de avaliação: fortalecimento pessoal, formação de grupos e fortalecimento de redes, iniciativas das mulheres após o PTEM, e necessidades para implantação ou manutenção dos negócios. No que se refere ao fortalecimento pessoal, 23% apontaram auto-estima elevada, 34% ampliação da renda, 14% mudança nas relações afetivas e retomada dos estudos, e 11% abriram ou ampliaram negócios. Quanto à formação de grupos, 17% se reuniram informalmente, 13% se associaram e 6% estão formalizadas. Em relação às iniciativas, 33% abriram negócios. E no que concerne às necessidades para implantação ou manutenção de negócios, 29% apontaram a necessidade de recursos financeiros, 17% de espaço físico, e 15% de formação técnica e recursos materiais.

Numa segunda etapa, o trabalho de campo debruçou-se na realização de entrevistas com gestoras do Programa em Pernambuco e posteriormente com beneficiárias do Programa nos pólos selecionados.

Conforme as gestoras entrevistadas (representante da Secretaria da Mulher de Pernambuco, coordenadora local do IBAM e gestora do SEBRAE), os pontos de destaque mencionados durante a execução do Programa foram: fazer as mulheres vislumbrarem outras possibilidades através do empreendedorismo; o levante na auto-estima; mudança de comportamento na vida pessoal e profissional; o despertar das mulheres para o seu real papel na sociedade.

Já no que se refere aos pontos negativos foram apontados pelas gestoras: a falta de acompanhamento e de continuidade com as beneficiárias; o pouco tempo de atividades; a dimensão do Programa para um público tão pequeno; as limitações das parcerias; a falta de recursos para

locomoção das participantes; o não envolvimento das gestoras no acompanhamento da formação dos grupos e no apoio às mulheres; uma certa acomodação das beneficiárias no tocante ao estímulo para a associação; a não formação de associações; a rotatividade das gestoras (municipais) nas coordenadorias.

Quanto à perspectiva das que foram beneficiadas, o trabalho de campo iniciou-se pelo pólo 2, do qual foram contemplados os municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba e Igarassu. Tal escolha deveu-se ao fato de Araçoiaba ser o município de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Região Metropolitana do Recife (RMR), tendo obtido o índice de 0.592, segundo o Atlas IDHM 2013 com dados do Censo Demográfico de 2010. Esse índice é estimado como baixo (ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento), e é o único considerado baixo da RMR.

Os resultados preliminares neste pólo revelam os pontos considerados mais importantes do Programa pelas participantes: aprendizagem de como administrar melhor o negócio e lidar com os clientes, aumento da renda, criação da Coordenadoria da Mulher em Igarassu, a iniciativa para formação de um grupo de artesanato e a criação da feirinha de artesanato em Araçoiaba. Para uma informante do município de Araçoiaba, o ponto alto do Programa foi o estímulo para a criação da feira:

*... se não fosse o empreendedorismo como o povo ia se reunir pra fazer uma grande feira de artesanato? Porque até lá tem artesãos de todo tipo lá, os artesãos tinham o costume de sair de Araçoiaba pra vender em outro lugar, porque é como se Araçoiaba não conhecesse os artesãos locais e através do curso que a gente fez do SEBRAE (...) fez todo movimento pra que a própria população de Araçoiaba nos conhecesse, quer dizer, quando tinha feira de artesanato em Igarassu, em Abreu e Lima, em Carpina, todo mundo ia embora; e quando era de Araçoiaba: aqui tem artesãos? Olha, tinha pessoas lá que mora há 50 anos e não conhece um artesão lá dentro...*

Os aspectos subjetivos também foram exaustivamente destacados, como por exemplo, o estabelecimento de novas amizades, desenvolvimento pessoal, melhora da auto-estima, como nas falas de outras informantes:

*Mudou, eu aprendi muito a ter auto-confiança em mim, naquilo que eu quero e ser independente nas coisas que eu quero, que eu procuro buscar, e assim, né, cada dia mais crescer naquilo que a gente constrói.*

*Eu estava desmotivada para trabalhar. O curso me sacudiu, me fez despertar...*

Como necessários à melhoria do Programa, foram ressaltados: o tempo curto dos cursos, problemas com transporte, distanciamento geográfico das mulheres, a falta de assistência dos órgãos públicos, a mudança de gestão local em Araçoiaba, a acomodação das próprias beneficiárias, falta de união das participantes e fracasso do grupo iniciado em Araçoiaba:

*(..) o que poderia ter impactado lá e principalmente ter feito toda diferença, era se as menina do artesanato, que não era pouca, era muita, é... poderia ter evoluído lá, e assim não teve o apoio necessário, é, não teve, e aí é como se foi um curso inválido, porque pras menina do artesanato, é, não tiveram ajuda nenhuma (...) Tinha também lá um projeto que uma pessoa do curso também que queria fazer, ela não conseguiu porque, por falta de recursos mesmo, que era a Casa do Bolo, (...) lá não tinha. Então ela queria muito isso e a gente como morador de Araçoiaba também queria a casa do bolo, mas aí por o projeto não veio, agora tem uma casa do bolo lá que alguém abriu, (...) e ela conseguiu abrir o, eu diria que o cantinho dela lá como restaurante, self service, só que não deu certo porque ela teve problemas com funcionários, aí ela acabou fechando e tá só com o banquinho que ela tinha antes do curso.*

## Considerações finais

Através dos dados obtidos até o momento, ficam evidentes os benefícios do Programa para as mulheres contempladas. Este apresenta oportunidades que se constituem em alternativas de geração de renda, bem como de inserção no mercado, não pelo ângulo da competitividade, traço comum da sociedade moderna, mas no “estímulo à capacidade empreendedora e à busca da auto-sustentação” (Azeredo, 1998: 271). Isso se traduz, principalmente, através da tentativa de organização destas mulheres em Associações e Cooperativas.

O conhecimento adquirido e aplicado tem trazido a elevação da auto-estima e sentimento de autonomia, possibilidades que perpassam o âmbito econômico e tocam os aspectos sociais, culturais e psicológicos; principalmente no que se refere ao meio de emancipação e de ruptura das situações de discriminação, a tentativa de romper com a ideologia de dominância masculina, e através da elevação da auto-estima e do sentir-se produtiva.

No entanto, como toda política pública e ação governamental, sua atuação é limitada, neste caso com a dificuldade em se alcançar as metas estipuladas, na falta de acompanhamento e de continuidade das ações, o distanciamento de cidades integrantes do mesmo pólo, e talvez a falta de um planejamento adequado em que se considerassem as especificidades regionais e populacionais.

### Referências bibliográficas

ALVES, Maria Elaene Rodrigues (2008). Políticas Públicas para as mulheres de Fortaleza: efetivando direitos e construindo sonhos. In: *Políticas para as mulheres em Fortaleza*. Fortaleza: Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.

ANTUNES, Ricardo (2002). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. (8 Ed.). São Paulo: Cortez.

ARRETCHE, Marta T. S. (2009). Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez.

AZEREDO, Beatriz (1998). *Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira*. São Paulo: Coleção Teses e Pesquisas – ABET.

BOURDIEU, Pierre (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DORNELAS, José Carlos Assis (2001). *Empreendedorismo: transformando idéias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier.

FARAH, Marta Ferreira Santos (2004). Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12 (1): 360, p. 47-71.

FARIA, Regina M. (2009). Avaliação de Programas Sociais: Evoluções e Tendências. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez.

FONSECA, Tânia Mara Galli (2000). *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis: Vozes.

LOURO, Guacira (1996) Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta (org.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas.

SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. (2012) Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz (org.). *Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil*. Petrópolis: Vozes.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. (2001) Avaliação de Políticas e Programas Sociais enquanto momento do processo das Políticas Públicas. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira (org.). *Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática*. São Paulo: Veras.

\_\_\_\_\_. (2008). Avaliação de Políticas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira (coord.). *Pesquisa avaliativa. Aspectos teórico-metodológicos*. São Paulo: Veras.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da; YAZBEK, Maria Carmelita (2006). Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira; YAZBEK, Maria Carmelita (org.). *Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo*. São Paulo/ São Luís: Cortez/ FAPEMA.